



## CONVITE PARA A ADESÃO À CARTA-MANIFESTO POR UMA NOVA POLÍTICA DE DROGAS PARA O BRASIL

O documento apresentado a seguir é resultado de um desdobramento da articulação internacional e do apoio institucional de entidades preocupadas com as consequências da política de drogas no Brasil e em toda América Latina. A última edição do Global Drug Policy Index - IDPC destaca o Brasil com a pior política de drogas entre os 30 países avaliados pelo instrumento. Diante desse desastroso - porém não surpreendente - resultado, foi formado um grupo de trabalho que apresentou um evento paralelo às discussões oficiais da Commission on Narcotic Drugs - CND, ocorrido dia 18 de março de 2022. As entidades que realizaram o evento elaboraram esta breve carta aberta aqui apresentada, que resume os desafios e apontamentos para a política de drogas no país.

Convidamos todas as organizações a aderir à carta-manifesto. [Preencha aqui o formulário.](#)



## Qual política de drogas queremos para Brasil?

A atual política de drogas proibicionista afeta de maneira contundente os países mais pobres, com grandes efeitos sociais, econômicos e ambientais. Na América Latina, os impactos negativos dessa política se refletem em números alarmantes de superencarceramento, letalidade e vulnerabilidades das pessoas que usam drogas. Os recortes de gênero, raça e classe aprofundam ainda mais os efeitos nefastos dessa política, que põe em risco a própria democracia.

Na América Latina, alguns dados da realidade brasileira se destacam. Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESEC mostra que, no ano de 2017, o montante gasto com a guerra às drogas foi superior a 5 bilhões de reais somente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Este é um investimento completamente irracional e despropositado, que sustenta uma política ineficaz e muitas vezes com efeitos inversos ao que se propõe. Ainda mais, é muitas vezes superior aos recursos públicos destinados a cuidado, atenção e promoção da saúde das pessoas que fazem uso problemático de drogas.

A ausência de interlocução com governos de extrema-direita agrava o enfraquecimento e até mesmo extinção da participação da sociedade civil em conselhos e outros espaços. O atual governo brasileiro esvaziou e aparelhou o Conselho Nacional de Política de Drogas. No mais, favoreceu com grande apoio financeiro as chamadas comunidades terapêuticas - entidades privadas, quase sempre religiosas, que trabalham numa lógica moral - através da tríade “trabalho, disciplina e espiritualidade”- imposta às pessoas que lá são internadas, independentemente de prévia anuência clara. Os repasses a essas entidades privadas são superiores àqueles destinados ao sistema público de saúde responsável pelo cuidado de pessoas que fazem uso problemático de drogas. Um número expressivo dessas entidades já foi denunciado por violação de direitos, privação de liberdade e até mesmo tortura e morte.

O governo brasileiro também tenta com afincado abolir a Redução de Danos como estratégia de atenção e cuidado aos usuários de drogas. Este cenário pode explicar em parte a razão de o Brasil ter sido classificado como o país com a pior política de drogas entre os 30 países avaliados pelo Índice Global de Política de Drogas de 2021, realizado pelo Consórcio Internacional de Política de Drogas – IDPC.

Sem a participação das pessoas que são mais afetadas pela Guerra às Drogas no debate público, as políticas sobre drogas não representarão a real demanda das pessoas que necessitam de acolhimento, cuidado e atenção e promoção da saúde - com dignidade, informação e estratégias de redução de danos e riscos para suas escolhas. As organizações que assinam esta carta acreditam que uma política de drogas é mais eficaz quando existe participação de pessoas que usam drogas, trabalhadoras e trabalhadores de diversas áreas que defendem a justiça social e os direitos humanos e de todes afetadas por essa política equivocada. É necessária uma abordagem ativa, transdisciplinar, que privilegie a diversidade e complexidade inerentes deste tema, para assim definirmos as diretrizes de qual política de drogas queremos.



## ¿Qué política de drogas queremos para Brasil?

Es un consenso que la política prohibicionista afecta fuertemente a los países más pobres. Así, los impactos sociales, ambientales y económicos de esta política en América Latina reflejan cifras sorprendentes sobre encarcelamiento, letalidad y vulnerabilidad de las personas que consumen drogas. Los recortes de género, raza y clase profundizan aún más los efectos nocivos de esta política, que pone en peligro la democracia misma. En esta realidad prohibicionista que une a América Latina, se destacan algunos datos de la realidad brasileña.

Una investigación llevada a cabo por el Centro de Estudios sobre Seguridad y Ciudadanía (CESEC) muestra que en 2017, la inversión en la guerra contra las drogas superó los 5 mil millones de reales solo en los estados de São Paulo y Río de Janeiro. Inversión desproporcionada en comparación con los recursos públicos destinados a la educación y la salud de estas mismas poblaciones.

La ausencia de espacios de diálogo con los gobiernos de extrema derecha agrava aún más el desmantelamiento de las estrategias de participación social de lo/a/es usuario/a/es de drogas en los consejos y otros espacios de acción política. El actual gobierno brasileño vació el Consejo Nacional de Políticas de Drogas, favoreció el fomento de las comunidades terapéuticas, con transferencias a estas entidades privadas superiores a las destinadas a la atención de los trastornos por uso de sustancias por la red pública de salud. En Brasil, muchas de estas entidades son denunciadas con frecuencia por violar los derechos y libertades de las personas ubicadas en estos espacios. Además, abolió la reducción de riesgos y daños como estrategia de atención y cuidado. Este escenario puede explicar por qué somos la peor política de drogas según el índice Global de Política de Drogas, creado por IDPC.

Sin la participación de las personas que usan drogas en el debate público, estas políticas no representan la demanda real de las personas de acogida, atención, acceso a la salud con dignidad, información y reducción de riesgos y daños, para sus decisiones. Las entidades que están involucradas en este evento paralelo, creemos que una política de drogas es más efectiva cuando existe la participación de las personas usuarias, trabajadore/as y todas las personas afectadas por esta política equivocada. Es necesaria una escucha activa, transdisciplinar, que privilegie la diversidad y complejidad inherente al fenómeno social, para definir los lineamientos de qué política de drogas queremos.



## Open letter: A call for better drug policies in Brazil

The war on drugs strongly affects the poorest countries. In Latin America, the social, environmental and economic impacts of this policy are reflected in the surprising numbers of over-incarceration, deaths and vulnerability of people who use drugs. The harmful effects of this war are deepened for those of specific gender, race and class, putting democracy itself at risk.

In Brazil, a survey carried out by the Center for Studies on Security and Citizenship shows that in 2017, investments in the war on drugs exceeded 5 billion Brazilian reais (approximately 1,6 billion US dollars) in the states of São Paulo and Rio de Janeiro alone. This is an entirely unreasonable investment when compared to public resources destined for healthcare and support for these same populations.

The absence of dialogue with the far-right government further aggravates the dismantling of social participation strategies in local councils and other spaces. The current Brazilian government emptied and rigged the National Council for Drug Policy. It gave massive support, with large amounts of funding, to private religious entities and significantly reduced resources destined for the public health network to care for people who use drugs.

In Brazil, many of these entities are frequently accused of violating the rights and freedoms of people. In addition, this government abolished harm reduction as a strategy for support and healthcare. This scenario may explain why Brazil has the worst drug policy amongst the 30 countries reviewed according to the 2021 Global Drug Policy Index - IDPC.

Without participation from people affected by the war on drugs in the public debate, drug policies will not reflect the real demand to access healthcare and treatment with dignity, as well as information and harm reduction services. We believe that drug policy is more effective when people who use drugs, workers concerned about social justice and human rights and all people affected can meaningfully propose it. An active, transdisciplinary approach is necessary, which benefits from the diversity and complexity inherent to this phenomenon, in order to determine the drug policy that we want.



## Signatories

1. Plataforma Brasileira de Política de Drogas - Brasil
2. Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos - Brasil
3. Centro de Convivência É de Lei - Brasil
4. Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas - Brasil
5. Intercambios Asociación Civil - Argentina
6. Red Latinoamericana y del Caribe de Personas que Usan Drogas
7. Harm Reduction International
8. International Drug Policy Consortium
9. Global Drug Policy Observatory - Reino Unido
10. European Network of People who Use Drugs
11. Washington Office on Latin America - Estados Unidos
12. Citywide Drugs Crisis Campaign - Irlanda
13. Mainline Foundation - Holanda
14. UNIDOS - Moçambique
15. Intercambios - Porto Rico
16. Asociación Costarricense para el Estudio e Intervención en Drogas - Costa Rica
17. Centre on Drug Policy Evaluation - Canadá
18. Drug Foundation - Nova Zelândia
19. Health Poverty Action - Reino Unido
20. Viso Mutoy - Colômbia
21. Instituto RIA - México
22. Acción Técnica Social - Colombia
23. Students for Sensible Drug Policy Foundation - Estados Unidos
24. Students for Sensible Drug Policy International - Áustria
25. Recovering Nepal - Nepal
26. Bensther Development Foundation - Nigéria
27. Harm Reduction Australia
28. Corporación Humanas - Centro Regional de Derechos Humanos y Justicia de Género - Colombia
29. Association Guyanaise de Réduction des Risques - Guiana
30. Drug Policy and Harm Reduction Platform - Malawi
31. Elementa DDHH - Colômbia e México